

Governo mantém data e deve apresentar proposta para bônus em 4 de dezembro

Fonte: Portal de notícias / SINDIFISCO NACIONAL

Data: 22/11/2023

O governo federal mantém o compromisso de apresentar aos Auditores-Fiscais até o dia 4 de dezembro uma proposta para implementação do bônus de eficiência. “Nada mudou. O que o ministro (Fernando Haddad, Fazenda) disse está mantido”, afirmou, nesta quarta (22), o secretário da Receita, Robinson Barreirinhas.

O secretário se reuniu com os Auditores-Fiscais Isac Falcão (presidente do Sindifisco Nacional), Sérgio Aurélio (coordenador do Comando Nacional de Mobilização) e Anderson Novaes (presidente da Mesa do Conselho de Delegados Sindicais) na sede da Receita Federal. A categoria está em greve por tempo indeterminado desde a segunda-feira (20). Neste mesmo dia 20, a Receita entrou, via Advocacia-Geral da União (AGU), com ação na qual alega abusividade da greve por não respeitar a operação de serviços essenciais.

Durante a reunião, o secretário disse aos Auditores que respeita o direito à greve – o que, aliás, consta da ação. Mas que, da mesma forma que há o direito à greve, é também assegurado ao governo entrar com ação para garantir a continuidade dos serviços essenciais.

Isac Falcão registrou, durante a reunião, que o sindicato discorda sobre o que sejam serviços essenciais e que a entidade irá discutir esse ponto com a Receita no Superior Tribunal de Justiça (STJ), ao que o secretário assentiu. “Se há divergência sobre o que se considera essencial, vamos discutir na Justiça. É o caminho democrático”, disse Barreirinhas.

“Acho normal o governo ir ao Judiciário em relação à greve. Todos os governos sempre o fizeram e estranho se dessa vez o governo não fizesse isso”, afirmou Sérgio Aurélio, que logo no início da reunião disse ao secretário que ele poderia ter comunicado na terça-feira (21) ao CNM sobre a ação impetrada por meio da AGU.

Na manhã desta quarta-feira (22), a ministra Regina Helena Costa, do STJ, despachou sobre a ação imposta pela Receita Federal. Segundo o despacho, o governo federal deve comprovar, em até cinco dias, alegada abusividade da greve (veja matéria [aqui](#)).

De acordo com o presidente do Sindifisco, “a greve da categoria só pode ser suspensa quando do cumprimento do acordo salarial de 2016. Todos os Auditores-Fiscais devem se manter firmes na greve, em todos os setores”, conclamou Isac.

A categoria pleiteia o cumprimento na integralidade da portaria do Plano de Aplicação do Fundaf, MF 727/2023, e alterações no texto do Decreto 11.545/2023 para o pagamento do bônus de eficiência decorrente de acordo realizado em 2016 com o governo e nunca cumprido.

Segundo Sérgio Aurélio, “a categoria está pronta para normalizar a situação na Receita”. “Estamos todos preparados para incrementar a arrecadação tão logo resolvemos a questão do bônus, que se arrasta desde 2016”.

O presidente da Mesa do CDS, Anderson Novaes, destacou que secretário

pontuou com uma resolução da demanda do bônus até o próximo mês, sem dar uma data precisa.

Carf

Um dos serviços destacados pelo secretário como essenciais foram as sessões do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf). Segundo Barreirinhas, na ausência dos conselheiros fazendários, as câmaras de julgamento perdem a paridade e não devem julgar, o que impacta muito na arrecadação. O coordenador do CNM informou ao secretário que, no ano passado, o Carf também paralisou suas atividades em momento de mobilização da categoria.

Nota

A Receita Federal divulgou nota pública sobre a greve da categoria nesta quarta-feira (22), ao fim da tarde. No texto, entre outros pontos, a administração fala sobre o direito à greve: “que ele não é absoluto, não podendo prejudicar a continuidade de serviços públicos essenciais, devendo manter um percentual mínimo de serviço em todas as unidades. Foi salientada a peculiaridade do Carf, de colegiado paritário, em que o mínimo de funcionamento não é garantido se houver manutenção de um número mínimo de servidores linearmente (basta um ou dois Auditores por colegiado não comparecerem para inviabilizar 100% dos julgamentos)”.

Sobre o ponto acima, o Sindifisco Nacional afirma que a greve da categoria está dentro dos princípios legais, sendo respeitados os 30% como percentual mínimo para a continuidade dos serviços em todas as unidades – como foi informado à sociedade em publicação legal, em veículo de grande circulação, ao Ministério da Fazenda e à Receita, via ofício, com a antecedência necessária.

A administração também afirmou, na nota, que “no próprio dia 20, o secretário da Receita anunciou, por lealdade, ao sindicato, o ajuizamento da judicial”. Sobre este ponto, o Sindifisco informa que o secretário manifestou, via mensagem, no dia 20, à noite, a intenção de entrar com ação na justiça sobre a manutenção dos serviços essenciais, uma vez que não haveria acordo sobre a manutenção do funcionamento do Carf.

O sindicato soube no dia seguinte, por meio do monitoramento dos tribunais realizado pelo Departamento Jurídico, que a ação havia sido proposta na segunda-feira (20) à noite.